

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 4-6-1998

Balço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades de Barretos – Ame Barretos – Unidade de Cirurgia Ambulatorial - Fundação Pio XII

**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADE BARRETOS - UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL
CNPJ 49.150.352/0009-70**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS – AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70 - Barretos – SP - **Opinião:** Examinamos a demonstrações financeiras do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS – AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS - AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70 em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assunto de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 - item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as em decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 - item 40(b) é compulsório apenas as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicados de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos nas demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 - item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

ATIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição		313.190	290.421
Aplicações financeiras - com restrição	03	1.401.725	1.602.531
Estoques		284.170	262.665
Adiantamento		27.662	28.570
Total do ativo circulante		2.026.747	2.184.187
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado - com restrição	04	1.413.399	1.796.222
Intangível - com restrição		-	-
Total do ativo não circulante		1.413.399	1.796.222
TOTAL DO ATIVO		3.440.146	3.980.409

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

PASSIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		11.160	21.622
Obrigações sociais e fiscais	05	257.304	179.101
Provisão de férias e encargos		256.626	253.700
Provisão para contingências		-	500
Transações entre matriz - Filiais		10.719	12.146
Outros passivos circulantes		7.416	6.552
Projetos a executar	10	995.023	1.220.742
Receita diferida - Estoques	07	284.170	262.665
Receita diferida - Imobilizado	07	10.048	-
Total do passivo circulante		1.832.466	1.957.028
NÃO CIRCULANTE			
Receita diferida - Imobilizado	07	668.108	748.426
Total do passivo circulante		668.108	748.426

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	2017
Patrimônio líquido		939.572	1.274.955
Total do patrimônio líquido		939.572	1.274.955

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	2017
		3.440.146	3.980.409

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado: Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em Reais

RECEITAS	Nota	2018	2017
Receita de Gestão Pública		8.515.369	8.640.756
Receita de Doações		415	560
Receita Financeira		102.468	224.413
Receita com Subvenções específicas		75.329	86.817
Reversão de Contingência		500	23.500
Total de receitas		8.694.081	8.976.046

DESPESAS		2018	2017
Com pessoal e encargos		(2.569.013)	(2.493.105)
Serviços de Terceiros		(3.636.436)	(3.502.991)
Medicamentos e materiais		(2.136.090)	(2.379.999)
Depreciações		(387.882)	(385.375)
Administrativas e gerais		(292.867)	(315.598)
Tributárias		-	(189)
Financeiras		(7.176)	(8.382)
Total das despesas		(9.029.464)	(9.085.639)
Superávit/(Déficit) do exercício		(335.383)	(109.593)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	Patri- mônio Social	Outras reservas	Subvenções Patrimoniais	Superávit/ (déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 - 12 - 2016	-	(1.976.871)	3.361.419	-	1.384.548
Superávit (Déficit) do Exercício				(109.593)	(109.593)
Transferência Superávit (Déficit) Com restrição		(109.593)		109.593	
Saldo em 31 - 12 - 2017	-	(2.086.464)	3.361.419		1.274.955
Superávit (Déficit) do Exercício				(335.383)	(335.383)
Transferência Superávit (Déficit) com restrição		(335.383)		335.383	
Saldo em 31 - 12 - 2018	-	(2.421.847)	3.361.419		939.572

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de fluxo de Caixa: Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(335.383)	(109.593)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	387.882	385.498
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	-	-
Construção de contingências	-	-
Redução (aumento) do ativo		
Estoques	(21.505)	(27.100)
Outros ativos	908	(6.909)

	2018	2017
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(10.462)	(48.349)
Obrigações sociais e fiscais	78.203	6.926
Provisão de Férias e encargos	2.9263	25.818
Contingências a pagar	(500)	(23.500)
Projetos a Executar	(225.719)	(783.414)
Receitas Diferidas - estoques	21.505	27.100
Receitas Diferidas - imobilizado	(70.270)	(17.579)
Transações entre filiais	(1.427)	2.373
Outros passivos circulantes	864	(336)
Geração (utilização) da caixa das atividades operacionais	(172.978)	(569.065)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimentos	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(5.059)	(69.239)
Geração (utilização) da caixa das atividades investimentos	(5.059)	(69.239)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) da caixa das atividades financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(178.037)	(638.304)
Caixa e equivalentes no início do período	1.892.952	2.531.256
Caixa e equivalentes no fim do período	1.714.915	1.892.952
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(178.037)	(638.304)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais.

1. Contexto Operacional: A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos - AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março 2015, poder executivo, seção I.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. b) **Auração de receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. d) **Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. e) **Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização. **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018. f) **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) **Aplicação de recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO:

	2018	2017
Aplicações em fundos de investimentos	1.401.725	1.602.531
Total	1.401.725	1.602.531

O Contrato de Gestão estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em aplicações financeiras na consecução do respectivo objeto social.

4. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO:

Descrição:	Taxa Anual	Saldo 31.12.17	Adições	Baixas	Transf.	Saldo 31.12.18
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Veículos	20	90.057	-	-	-	90.057
Móveis e utensílios	10	413.054	5.059	-	-	418.113
Computadores e periféricos	20	588.181	-	-	-	588.181
Máquinas e equipamentos	10	3.572.760	-	-	-	3.635.760
Biblioteca		266	-	-	-	266
Total		4.727.318	5.059	-	-	4.732.377
Depreciação Acumulada						
Veículos		(90.057)	-	-	-	(90.057)
Móveis e utensílios		(179.455)	(28.244)	-	-	(207.699)
Computadores e periféricos		(332.886)	(1.042)	-	-	(333.928)
Máquinas e equipamentos		(2.328.551)	(358.570)	-	-	(2.687.121)
Biblioteca		(147)	(26)	-	-	(173)
Total		(2.931.096)	(387.882)	-	-	(3.318.978)
TOTAL		1.796.222	(382.823)	-	-	1.413.399

5. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS:

	2018	2017
Salários a pagar	184.044	103.690
INSS a recolher	11.755	12.676
FGTS a recolher	28.782	26.429
Outros	32.723	36.306
Total	257.304	179.101

6. CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS:

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a entidade recebeu subsídios através de Contrato de Gestão firmado com Órgãos estaduais cujos valores contabilizados em receita:

	2018	2017
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.054/2016	-	7.955.088
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.064/2017	8.197.696	-
Total	8.197.696	7.955.088

7. RECEITAS DIFERIDAS:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de aquisição de estoque e imobilizados nos moldes da NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Receitas diferidas - passivo circulante	294.218	262.665
Receitas diferidas - passivo não circulante	668.108	748.426
Total	962.326	1.011.091

8. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

POSIÇÃO EM 31-12-2018 - EM REAIS.

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01/2018, (Termo Aditivo) nº 02/2018 e Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial.	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	8.197.696	9.029.464

POSIÇÃO EM 31-12-2017 - EM REAIS.

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01/2017, (Termo Aditivo) nº 02/2017 e (Termo Aditivo) nº 03/2017 Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidade Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	7.955.088	9.085.639

9. RENÚNCIA FISCAL:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

10. PROJETOS A EXECUTAR

Os valores registrados no passivo decorrentes aos Projetos em 2018 no montante de R\$ 995.023 serão executados em 2019 (Em 2017 - R\$ 1.220.742) para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos e de consumo conforme as necessidades do Ambulatório e verbas rescisórias em caso de rescisão do contrato de Gestão, bem como a manutenção preventiva, eventual substituição dos equipamentos e serviços.

11. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais e administrativos os quais envolvem responsabilidades contingenciais. Conforme, posição dos Consultores Jurídicos em 31 de dezembro de 2018, os processos envolvem risco de perda possíveis no montante de R\$ 150.000.

12. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO:

Foram executadas seguintes atividades em 2017:

12.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	11.506
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.651
nº de cirurgias	8.996
nº de SADT Externo	-

12.b COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.075	86
nº de Interconsultas Médicas	6.000	5.369	89
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	3.600	4.062	87
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.651	110
nº de Cirurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	7.016	113
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	1.980	110
nº de SADT Externo	-	-	-

Foram executadas seguintes atividades 2017:

12.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	13.443
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.824
nº de cirurgias	8.583
nº de SADT Externo	-

12.b COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.577	7,38
nº de Interconsultas Médicas	6.000	6.148	2,47
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	3.600	4.718	31,06
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.824	14,86
nº de Crurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	6.355	2,83
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	2.228	23,78
nº de SADT Externo	-	-	-

Henrique Duarte Prata	Michel Jorge Hayek
Presidente do Conselho de Administração	Técnico em Contabilidade CRC 1SP 194766/0-8
	CPF 444.167.258-68

São Paulo, 24 de janeiro de 2019. SGS Auditores Independentes - CRC 2 SP 020.277/O-5 Presley José Godoy - CRC 1 SP 185.052/O-5